

# REFUGIADOS EM PORTUGAL. REPRESSÃO E CONTROLO NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL DE ESPANHA (1936-1939)

Fábio Alexandre Faria<sup>1</sup>

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL)  
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES – IUL)  
Fabio\_Faria@iscte-iul.pt

## 1. INTRODUÇÃO

A recente fuga de pessoas da guerra na Síria constituiu a maior vaga de refugiados no novo milénio, fazendo com que a comunidade internacional voltasse novamente a atenção para este fenómeno, que adquiriu uma maior expressão no século XX no contexto dos grandes conflitos ocorridos ao longo da sua primeira metade, nomeadamente a I Guerra Mundial (1914-1918), a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e a II Guerra Mundial (1939-1945)<sup>2</sup>. Foi com a tomada de consciência de que estes confrontos haviam provocado a deslocação e agravado a vida de milhões de pessoas das mais diferentes nacionalidades que, em 1951, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com o intuito de proteger e de enquadrar legalmente a condição destes fugitivos, passou a considerar refugiado qualquer indivíduo que antes desse ano se vira obrigado a abandonar o seu país de origem por reacear ser perseguido por questões de raça, de nacionalidade ou de opinião política, excluindo deste conjunto quem deixasse o país por conveniência pessoal, nomeadamente por questões económicas, e que a ele não quisesse regressar por manifestar esse mesmo receio<sup>3</sup>.

---

(1) Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Referência SFRH/BD/114813/2016). Doutorando em História Moderna e Contemporânea – Defesa e Relações Internacionais no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

(2) Maurras, Michael Robert (2002), *The Unwanted: European Refugees from the First World War through the Cold War*, New York, Temple University Press.

(3) Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, de 1951, disponível em <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/> (Consultado em 23 de março de 2018).

A temática do refúgio já foi estudada por diversos académicos, tanto no estrangeiro como em Portugal, nomeadamente quando esta se associa aos casos da II Guerra Mundial e da Guerra Civil de Espanha, debruçando-se os autores especialmente sobre as políticas de acolhimento e a inserção destes estrangeiros nas sociedades locais. Os vários estudos produzidos focam-se na presença destes refugiados de guerra nos mais distintos espaços, tais como Shanghai, América Latina e diversos países europeus<sup>4</sup>. No caso português, a passagem destes indivíduos tem sido estudada por autores nacionais e estrangeiros, os quais apresentam Portugal como um país de trânsito, sobretudo para a América, destacando a atitude das autoridades portuguesas e do regime salazarista perante a sua chegada e salientando a sua estadia em diversas localidades balneares, como Caldas da Rainha, Figueira da Foz e Ericeira<sup>5</sup>.

Relativamente ao caso dos refugiados da Guerra Civil de Espanha, os autores têm analisado a sua fuga do território espanhol e a sua passagem pelos países fronteiriços, Portugal e França, e, mais frequentemente, a sua presença em vários países da América Latina, onde esperavam encontrar maiores facilidades culturais e linguísticas, enfatizando algumas diferenças, como o facto de a Argentina se ter mostrado menos permissiva à sua entrada e de o Mé-

---

(4) Bei, Gao (2013), *Shanghai Sanctuary. Chinese and Japanese Policy toward European Jewish Refugees during World War II*, Oxford, Oxford University Press; Holfter, Gisela ed (2006), *German-speaking Exiles in Ireland, 1933-1945*, Amsterdam/New York, Rodopi; Newton, Ronald C. (1982), «Indifferent Sanctuary: German-Speaking Refugees and Exiles in Argentina, 1933-1945», *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 4, Center for Latin American Studies at the University of Miami, 395-420; Tammes, Peter (2007), «Jewish Immigrants in the Netherlands during the Nazi Occupation», *The Journal of Interdisciplinary History*, 4, Massachusetts, Institute of Technology Press, 543-562.

(5) Milgram, Avraham (2010), *Portugal, Salazar e os Judeus*, Lisboa, Gradiva; Mühlen, Patrik von zur, (2012), *Caminhos de Fuga Espanha-Portugal. A emigração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra; Pimentel, Irene Flunser (2006), *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em Fuga de Hitler e do Holocausto*, Lisboa, Esfera dos Livros; Pimentel, Irene Flunser, Ramalho, Margarida Magalhães (2016), *O Comboio do Luxemburgo. Os refugiados que Portugal não salvou em 1940*, Lisboa, Esfera dos Livros; Schaefer, Ansgar (2014), *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão, 1933-1940*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra; Pereira, Carolina Henriques (2017), *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*, Lisboa, Edições Colibri.

xico ter sido mais favorável ao seu acolhimento<sup>6</sup>. Em Portugal, as primeiras obras dedicadas ao estudo da Guerra Civil de Espanha focaram-se na análise das relações entre os dois países ibéricos, avaliando também sucintamente a passagem de refugiados republicanos pelo país. Mais tarde, a questão dos refugiados espanhóis em Portugal passou a estar no centro de alguns estudos, destacando o reforço da vigilância fronteiriça e a presença destes indivíduos em algumas localidades específicas, como Figueira da Foz e Elvas. Por outro lado, o estudo deste fenómeno também tem despertado o interesse de outras áreas que não a História, como é o caso da Antropologia. Neste campo, o foco do estudo tem sido a vivência das comunidades fronteiriças que acolheram estes refugiados, inserido num quadro mais amplo da resistência ao regime salazarista, fazendo uso as memórias individuais e coletivas das populações raianas que participaram, direta ou indiretamente, nos acontecimentos<sup>7</sup>.

Com origem no levantamento militar liderado por Francisco Franco, iniciado em território continental espanhol a 18 de julho de 1936, a Guerra Civil de Espanha, que colocou frente a frente nacionalistas e republicanos, duraria cerca de 3 anos, até abril de 1939, e provocaria, entre outras importantes consequências, a fuga de milhares de espanhóis, sobretudo com destino a paí-

---

(6) Dreyfus-Armand, Geneviève (2000), *El exilio republicano en Francia*, Barcelona, Editorial Crítica; Núñez Seixas, Xosé Manuel e Cagiao Vila, Pilar ed. (2006), *O Exílio Galego de 1936: política, sociedade, itinerarios*, Corunha, Edicions do Castro; Ortuño Martínez, Bárbara (2010), *El exilio y la emigración española de posguerra en Buenos Aires, 1936-1956*, Tesis Doctorales, Alicante, Universidad de Alicante; Schwarzstein, Dora (2001), *Entre Franco y Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*, Barcelona, Editorial Crítica; Vazquez, Alvaro (2011), *El exilio español en la ciudad de México*, España, Turner.

(7) Delgado, Iva (1980), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América; Oliveira, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal; Candeias, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Faria, Fábio (2017), «Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha», *Revista Portuguesa de História*, 48, Coimbra, pp. 61-84; Vaquinhas, Irene (2015) «Huyendo de la Guerra Civil: Los Refugiados Españoles en Figueira da Foz (1936-1939)», *Pensar con la Historia desde el siglo XXI*, Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea, Madrid, UAM Ediciones, pp. 4833-4856; Simões, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri; Cunha, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, Dom Quixote; Lopes, Moisés Alexandre Antunes (2017), *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1938): o caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ses de expressão espanhola na América Latina, nomeadamente Argentina e México. Dada a sua posição de país confinante, Portugal também foi recetor de inúmeros fugitivos espanhóis, embora, na maioria dos casos, o território português fosse visto como um país de trânsito para chegar ao continente americano. Ao contrário do que se verificou noutros países, em Portugal estes refugiados sofreram a perseguição e a repressão do ainda recente regime salazarista, oficialmente instituído em abril de 1933, que se preocupava em manter a ordem e a segurança internas, consideradas ameaçadas pela presença de indivíduos encarados como «indesejáveis», dadas as suspeitas de simpatias comunistas, colocando-se em evidência um dos principais receios do Estado Novo: o comunismo.

Face a esta realidade, o regime salazarista, apoiante dos nacionalistas espanhóis, estabeleceu uma rede de vigilância e controlo que assentou na colaboração entre as várias forças policiais portuguesas, nomeadamente Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Fiscal (GF), apoiadas pelo Exército, com o objetivo de impedir a entrada destes indivíduos no país. No entanto, em virtude das várias dificuldades enfrentadas pelas autoridades portuguesas, muitos refugiados conseguiram entrar e permanecer em Portugal, contando com apoio da população, de algumas autoridades e de espanhóis já estabelecidos no país. Por outro lado, muitos foram perseguidos, detidos e entregues às autoridades nacionalistas na fronteira, enquanto outros foram encarcerados em prisões portuguesas, maioritariamente no Aljube e no Forte de Caxias, em Lisboa, e no Forte da Graça, em Elvas, e concentrados em campos de refugiados, particularmente na região do Alentejo, de onde uma grande maioria saiu para a capital portuguesa para embarcar com destino a Tarragona, na Catalunha, a 10 de outubro de 1936, quando esta zona ainda se encontrava em poder das forças republicanas.

Este artigo pretende responder a algumas questões, nomeadamente: qual foi a posição adotada pelo regime salazarista no contexto do conflito espanhol e de que forma é que esta influenciou o acolhimento dado aos refugiados republicanos? Quais foram as principais ordens dadas por Salazar perante a entrada massiva de refugiados em Portugal? Como se encontrava organizado o sistema de vigilância fronteiriço no início da guerra civil e que alterações sofreu com o desenrolar do conflito? Quais foram as grandes dificuldades que se colocaram às autoridades portuguesas na repressão aos refugiados? Que

ações desenvolveram as forças policiais para capturar os fugitivos espanhóis? Quem eram estes refugiados e de onde provinham? Que destino tiveram em Portugal após serem detidos?

## **2. A POSIÇÃO SALAZARISTA PERANTE A GUERRA CIVIL DE ESPANHA.**

A posição do regime salazarista perante o conflito espanhol foi favorável aos nacionalistas desde o seu início e pautou-se pela concessão de apoios a vários níveis. O antagonismo do Estado Novo português à situação política espanhola não era recente e já se manifestava desde a instauração da II República em Espanha, em abril de 1931, agravado pelo acolhimento dado por este país aos opositores ao regime português, tais como comunistas, anarquistas e republicanos. De facto, no período que compreendeu a instauração da Ditadura Militar em Portugal, a 28 de maio de 1926, e o final da Guerra Civil de Espanha, em abril de 1939, registaram-se várias alterações nas relações entre os dois países ibéricos. Entre maio de 1926 e abril de 1931 observou-se um maior entendimento entre os dois regimes, justificável pelas semelhanças que ambos partilhavam; entre abril de 1931 e novembro de 1933, data da vitória eleitoral das forças conservadoras em Espanha, as relações entre os dois países agudizaram-se; entre novembro de 1933 e fevereiro de 1936, fruto dessa vitória e do respetivo governo de direita, com o qual o regime salazarista estava mais identificado, assistiu-se a um desanuviamento da tensão nas relações e a uma aproximação entre os dois governos; entre fevereiro de 1936, data da vitória eleitoral da Frente Popular em Espanha, e julho de 1936, início da guerra civil, as relações entre os dois países voltaram a deteriorar-se, agravadas pela atividade dos exilados portugueses neste país; entre julho de 1936 e abril de 1939, período da guerra civil, preocupado com a sobrevivência e a consolidação do seu regime, Salazar empenhou-se no apoio à fação franquista<sup>8</sup>. Prova do afastamento do regime salazarista relativamente ao grupo republicano e da maior identificação política e ideológica com a causa de Franco foi o crescente isolamento a que o embaixador espanhol, Cláudio Sánchez-Albornoz, se viu sujeito em Portugal, o que, inevitavelmente, levou à sua saída o país e ao corte

---

(8) Oliveira, César (1995), *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 32.

de relações do governo português com a República espanhola, nos finais de outubro de 1936<sup>9</sup>.

Este auxílio, que contribuiu para aproximar o regime salazarista e os nacionalistas, manifestou-se de várias formas, evidenciando-se nomeadamente aos níveis político, diplomático, militar e logístico, entendendo Salazar que esta aproximação era fundamental para a manutenção do regime. Entre estes apoios contaram-se: a autorização para que elementos nacionalistas pudessem circular livremente no espaço português; a convívência com a passagem de armamento e transporte alemão e italiano por Portugal; o fornecimento de alimentos, de armas e de munições aos sublevados; o envio de portugueses destinados a engrossar as fileiras nacionalistas, os «Viriatos»; o desenvolvimento de uma propaganda na imprensa e na rádio favorável aos franquistas e condenatória da ideologia comunista; o financiamento e a concessão de créditos na banca portuguesa. Sobre este aspeto constituem exemplos um empréstimo conseguido junto da Caixa Geral de Depósitos, no valor de 13.500 contos, um crédito feito pelo Banco Lisboa & Açores, na ordem dos 363.000 dólares, e um crédito fornecido por diversas instituições bancárias, no valor de um milhão de libras<sup>10</sup>.

O auxílio salazarista aos nacionalistas espanhóis não se manifestou apenas de forma direta, tendo o governo português também atuado no sentido de prejudicar os apoios recebidos pelos republicanos. Por exemplo, o regime salazarista empenhou-se no desenvolvimento de ações contra navios provenientes de portos mexicanos destinados a abastecer a República espanhola, sobretudo ao nível de armamento e de munições<sup>11</sup>.

Um aspeto particular do apoio salazarista a Franco prendeu-se com a vigilância da fronteira, a repressão e o controlo exercidos pelas autoridades portuguesas relativamente aos espanhóis que entravam em Portugal e eram considerados «indesejáveis» pelo regime português, assumindo-se a entrega destes indivíduos às tropas nacionalistas, o que equivalia, na maioria dos casos, à entrega a uma morte certa, como o expoente máximo desta colaboração.

---

(9) Vicente, António Pedro (2003), *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Lisboa, Tribuna da História, p. 109.

(10) Oliveira (1995), *Cem anos nas relações...*, pp. 50-51.

(11) Oliveira (1987), *Salazar e a Guerra...*, p. 152.

### 3. A ENTRADA DE REFUGIADOS REPUBLICANOS EM PORTUGAL NOS INÍCIOS DA GUERRA CIVIL DE ESPANHA.

Assim que teve início o conflito espanhol multiplicou-se o número de espanhóis que, fugindo de Espanha, procuraram abrigar-se em Portugal, ultrapassando a fronteira portuguesa, na maioria dos casos, de forma ilegal e indocumentados, mantendo-se esse número elevado, particularmente ao longo dos primeiros meses, até dezembro de 1936. Entre estes indivíduos contaram-se elementos civis e militares, homens, mulheres e crianças, novos e idosos, afeitos aos dois grupos em conflito, mas eram especialmente simpatizantes da causa republicana. No entanto, encontravam-se também neste conjunto pessoas que não manifestavam qualquer tendência política e que apenas pretendiam entrar em Portugal para escapar aos perigos inerentes à guerra. Na base da fuga destes espanhóis estiveram três motivos essenciais:

- a) a ocorrência de combates entre nacionalistas e republicanos e a consequente ocupação de localidades por parte dos primeiros;
- b) a repressão exercida pelas forças leais a Franco e dirigida contra os apoiantes e simpatizantes da República;
- c) a fuga à convocação militar para as forças nacionalistas<sup>12</sup>.

A entrada de refugiados em Portugal verificou-se ao longo de toda a fronteira luso-espanhola, de Caminha a Vila Real de Santo António, com particular incidência nas regiões norte e alentejana. De acordo com a antropóloga Dulce Simões existiram quatro grandes fluxos de refugiados em direção ao território português, realizados entre os finais de julho e os finais de setembro de 1936, os quais permitem verificar que era a ocupação nacionalista das terras espanholas junto à fronteira a principal razão que levava à fuga dos seus habitantes. Assim, um primeiro momento ocorreu em finais de julho, altura em que no norte de Portugal se refugiaram militares que haviam combatido nas províncias de Pontevedra e de Ourense e civis originários das regiões de Tui e de Vigo; dias depois observou-se um segundo fluxo localizado na fronteira do Caia, no Alentejo, quando, na sequência da ocupação nacionalista de Badajoz, inúmeros republicanos procuraram refúgio em Portugal; a 12 de agosto teve lugar um terceiro grande movimento de refugiados realizado pelos habitantes

---

(12) Oliveira (1987), *Salazar e a Guerra...*, p. 156.

da povoação de Encinasola, os quais, afetos à sublevação, pretenderam esconder-se em Barrancos e foram acolhidos pelas autoridades locais; o quarto e último grande momento processou-se em finais de setembro de 1936 na fronteira de Barrancos, após a ocupação de Oliva de la Frontera por parte das tropas franquistas<sup>13</sup>.

Ao longo dos primeiros meses da Guerra Civil de Espanha foram inúmeros os ofícios e relatórios produzidos pelas autoridades portuguesas que davam conta da entrada de refugiados em Portugal. Por exemplo, a 23 de julho de 1936 o Comando Militar de Bragança informava o Ministério da Guerra sobre a ação de dois generais afetos aos republicanos que se encontravam indocumentados e que haviam tentado fugir de Espanha e passado a fronteira em Portelo, registando-se ainda a entrada no país de um deputado socialista espanhol chamado D. Ângelo Galarza, o qual, havia seguido para o Porto devidamente escoltado, após ter sido acompanhado a Chaves pelo chefe da PVDE do posto de Bragança<sup>14</sup>.

Perante a elevada afluência de espanhóis à fronteira portuguesa e com o objetivo de preservar a soberania nacional, que sentia estar ameaçada caso fosse permitida a entrada e a estadia de indivíduos considerados «indesejáveis» por serem portadores de ideias vistas como subversivas, Salazar emanou diversas ordens destinadas a controlar a presença de refugiados em Portugal. A 24 de julho de 1936 Salazar comunicava aos comandantes das regiões militares que os refugiados deveriam ficar em regime de detenção até que fossem concentrados em qualquer localidade ou campo especial, sendo-lhes fornecida alimentação e alojamento de acordo com a sua categoria militar. No caso de se tratarem de civis, para efeitos de alojamento e de alimentação, seriam encarados como soldados, sendo que, em termos de vestuário, poderia ser-lhes fornecidas roupas brancas, quando se entendesse ser necessário. Um dos pontos mais importantes neste conjunto de indicações prendeu-se com a preocupação em evitar ao máximo o contacto entre os refugiados espanhóis

---

(13) Simões (2016), *A Guerra de Espanha...*, pp. 198-199.

(14) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 08, Caixa 63, N.º2, Capilha 2, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do comandante da 1.ª Região Militar para o Ministério da Guerra, de 23 de julho de 1936.

e os soldados portugueses, uma vez que, na opinião do regime salazarista, os primeiros pertenciam ao partido comunista espanhol<sup>15</sup>.

Ao Ministério da Guerra interessavam os refugiados armados ou desarmados que se encontrassem fardados à entrada em Portugal e os refugiados civis que se apresentassem armados, os quais deveriam ser desarmados e encaminhados para os comandos das sedes das guarnições mais próximas, responsáveis pela sua condução até às sedes das regiões militares onde aguardariam pelas determinações do ministro da Guerra. Por seu turno, os civis desarmados deveriam ser entregues à PVDE<sup>16</sup>. Caso os postos fronteiriços da GF e da GNR não tivessem capacidade para entregar os refugiados fardados e refugiados civis armados nos comandos militares, esses postos deveriam comunicar a existência destes indivíduos aos comandos militares para que estes procedessem à retirada imediata dos refugiados espanhóis da fronteira<sup>17</sup>. O regime salazarista procedeu a uma divisão dos refugiados espanhóis, conforme fossem civis ou militares, devendo os primeiros ficar sob a alçada da PVDE e os segundos às ordens das unidades militares mais próximas dos locais onde fossem capturados. Os civis eram entregues à polícia política portuguesa quando se encontrassem sem a documentação legal para entrar e permanecer no país ou quando manifestassem tendências políticas de esquerda ou republicanas, pelo que eram considerados refugiados políticos.

#### **4. A ATUAÇÃO DAS AUTORIDADES PORTUGUESAS PERANTE OS REFUGIADOS ESPANHÓIS: PROBLEMAS E OPERAÇÕES**

A PVDE foi criada pelo regime salazarista a 29 de agosto de 1933 e era a principal força policial responsável pela manutenção da ordem e da segurança internas, pelo que tinha a seu cargo a vigilância e a repressão de todos os indivíduos que fossem vistos como possíveis elementos, nacionais e estrangeiros,

---

(15) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 10, Caixa 63, N.º2, 2.º Maço, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do chefe do gabinete do Ministério da Guerra para os comandantes das regiões militares, de 24 de julho de 1936.

(16) Arquivo Municipal de Melgaço, Ofício do Comandante da 3.ª Companhia do Batalhão N.º 3 da Guarda Fiscal para o Comandante da Secção da Guarda Fiscal de Melgaço, de 31 de julho de 1936.

(17) Arquivo Municipal de Melgaço, Ofício do Comandante da 3.ª Companhia do Batalhão N.º 3 da Guarda Fiscal para o Comandante da Secção da Guarda Fiscal de Melgaço, s. d.

capazes de as colocar em perigo. De facto, de acordo com o decreto-lei n.º 22.992 competia à Secção Internacional da PVDE:

«[...]

4.º Impedir a entrada no País de estrangeiros indocumentados ou indesejáveis;

5.º Organizar o registo geral e cadastro dos estrangeiros com residência permanente ou eventual no País;

6.º Exercer sobre os estrangeiros que residam ou transitem pelo País a ação policial necessária;

[...]

9.º Efetuar a repressão do comunismo, designadamente no que toca às ligações entre elementos portugueses e agitadores estrangeiros;

10.º Organizar os processos e efetuar as diligências necessárias respeitantes a estrangeiros cuja permanência seja inconveniente no País, propondo ao ministro do Interior as sanções aplicáveis de harmonia com a legislação em vigor;

[...]»<sup>18</sup>

Em 1933 a PVDE tinha à sua disposição 17 postos localizados ao longo da fronteira terrestre portuguesa, com particular destaque para o Norte e para o Alentejo, confinantes com a Galiza e com a *Extremadura*: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço, Peso (Melgaço), São Gregório, Vila Verde da Raia, Galegos, Barca de Alva, Vilar Formoso, Marvão/Beirã, Elvas, Mourão, Barrancos, Vila Verde de Ficalho e Vila Real de Santo António<sup>19</sup>. Uma vez que muitos destes postos já se encontravam em funcionamento antes de 1933, não se pode afirmar que os mesmos foram uma criação do Estado Novo, tendo este sistema de vigilância fronteiriço sofrido algumas alterações durante a Guerra Civil de Espanha. No período em que decorreu o conflito existiam 22 pontos de passagem, localizados em Caminha, Vila Nova de Cerveira, Va-

---

(18) Decreto-lei n.º 22.992, de 29 de agosto de 1933, *Diário do Governo*, I Série, Número 195, p. 1584.

(19) Ribeiro, Maria da Conceição (2000), *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 109.

lença, Monção, Peso (Melgaço), São Gregório, Vila Verde da Raia, Portelo, Quintanilha, Barca de Alva, Vilar Formoso, Segura, Beirã (Marvão), Galegos, Campo Maior, Elvas (Caia e Estação), Mourão, Barrancos, Sobral da Adiça, Ficalho e Vila Real de Santo António<sup>20</sup>. A criação destes novos postos da PVDE favoreceu essencialmente o distrito de Bragança e a região do Alentejo, locais onde se registou uma maior concentração destas unidades de vigilância.

Entre 1936 e 1939 assistiu-se a uma colaboração entre as várias forças policiais portuguesas no desempenho da vigilância e da repressão aos refugiados espanhóis, motivada pelos vários problemas que se colocavam às autoridades, como o reduzido número de efetivos e a má preparação dos mesmos. Estas falhas foram detetadas por Leone Santoro, chefe da Missão Italiana de Polícia, requisitado por Salazar para estudar a organização das polícias portuguesas entre 1937 e 1940, segundo o qual a vigilância dos cidadãos estrangeiros não era realizada de forma eficaz, tal como a vigilância das fronteiras, limitada apenas aos postos de trânsito obrigatórios, carecendo também de um serviço regular de vigilância sobre os comboios e as estradas, especialmente nas regiões fronteiriças. Com vista a desenvolver o sistema policial português, este especialista aconselhava o reforço da colaboração entre as forças policiais, nomeadamente a PVDE, a PSP, a GNR, a GF, a Polícia de Trânsito e a Polícia Marítima, e a criação de escolas de polícia, por forma a melhorar a preparação dos agentes e dos oficiais da PVDE<sup>21</sup>.

Neste contexto, foram muitos pedidos para se reforçarem os postos de vigilância fronteiriços, mais evidentes durante a Guerra Civil de Espanha, sobretudo ao longo dos primeiros meses. Ao problema da carência de meios humanos e materiais acresceu também a dificuldade das extensas áreas que as autoridades portuguesas tinham de fiscalizar. Por exemplo, a partir de 22 de julho de 1936 o Batalhão n.º 5 da GNR estabeleceu um serviço de vigilância fronteiriço, num total de 14 postos, o qual foi reforçado e melhorado nos dias posteriores. Como justificação para o reforço de alguns destes postos as au-

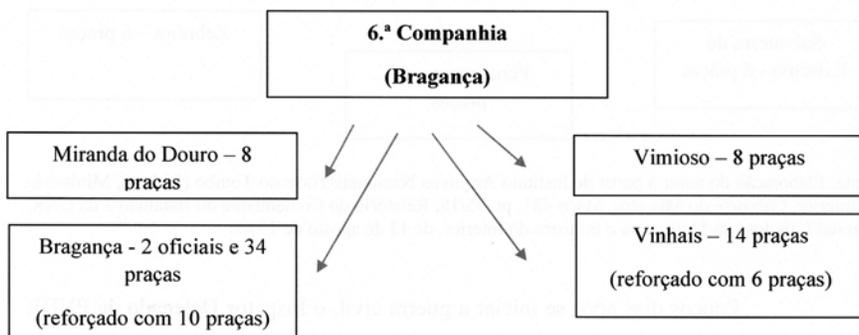
---

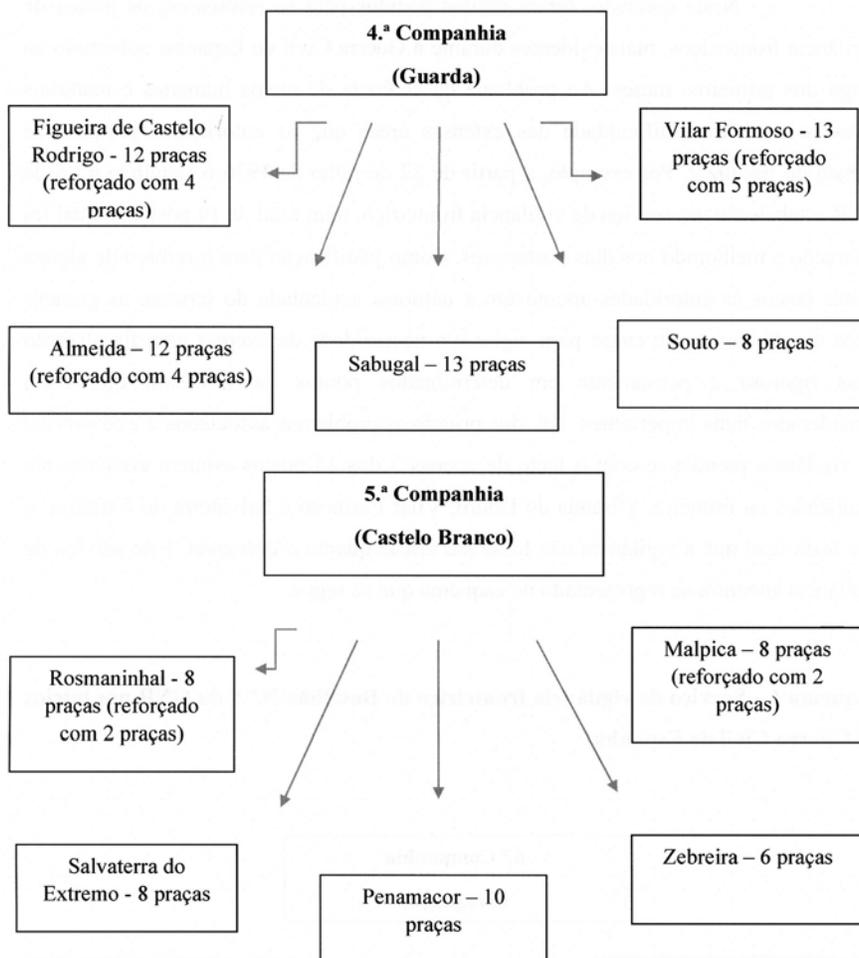
(20) Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 25.

(21) *Repressão Política e Social no Regime Fascista* (1986), Presidência do Conselho de Ministros / Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Relatório de Leone Santoro, de 25 de abril de 1940, pp. 267-268.

toridades apontavam a natureza acidentada do terreno, as grandes áreas que tinham a seu cargo para vigiar e a necessidade de exercer uma fiscalização mais rigorosa e permanente em determinados pontos da fronteira, que eram considerados mais importantes. Um dos principais problemas associados a este serviço de vigilância prendia-se com o facto de apenas 3 dos 14 postos estarem efetivamente localizados na fronteira, Miranda do Douro, Vilar Formoso e Salvaterra do Extremo, o que fazia com que a vigilância não fosse tão eficaz quanto o desejável. Este serviço de vigilância encontra-se representado no esquema que se segue.

**Esquema 1.**  
**Serviço de vigilância fronteiriço do Batalhão N.º 5 da GNR nos inícios da Guerra Civil de Espanha**





Fonte: Elaboração do autor a partir de Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, Relatório do Comandante do Batalhão 5 da GNR, Coronel Luís José da Mota, para o ministro do Interior, de 13 de agosto de 1936.

Poucos dias após se iniciar a guerra civil, o Inspetor Delegado da PVDE de Bragança, tenente Luís Borges, demonstrava que era relativamente fácil a entrada em Portugal pela via terrestre, exemplificando com o caso de Juan José Gomes Camiñero, General Inspetor do Exército espanhol, que, acompanhado por 11 elementos, percorreu vários quilómetros ao longo da fronteira portuguesa sem que a sua passagem tivesse sofrido qualquer obstáculo. Con-

siderando que muitos destes indivíduos poderiam entrar armados, o tenente Luís Borges apelava para a necessidade de ser reforçada a GF na fronteira e para que a GNR procedesse a um patrulhamento intenso de todas as estradas que ligavam a Espanha e de todas as passagens perto da fronteira<sup>22</sup>. No final do mês de julho de 1936, o comandante geral da GNR oficiava ao ministro do Interior informando que a carência de efetivos levava a que não fosse possível enviar, pelo período de 2 meses, uma patrulha para a freguesia de Paderne, em Albufeira, pelo facto de no posto desta localidade apenas prestarem serviço 1 cabo e 5 soldados<sup>23</sup>. Ainda no final desse mês, o comandante da PSP de Viana do Castelo, Francisco Pimenta da Gama, informava o seu Comando Geral que, na sequência do ataque do exército espanhol à cidade de Tui e da previsão de inúmeras fugas para a vila de Valença, tinha enviado 22 guardas e 1 graduado para reforçar os postos da PVDE e da GF localizados nessa zona da fronteira<sup>24</sup>.

Alguns postos da GF também foram reforçados, sobretudo quando os confrontos nas regiões fronteiriças se tornavam mais intensos e se perspectivava a entrada de um maior número de espanhóis em Portugal. Foi o que se verificou na região de Cáceres no início do mês de agosto de 1936, quando as tropas franquistas atacaram as forças governamentais em Cedillo, provocando a fuga de 22 elementos republicanos, que se entregaram armados no posto de Foz do Sever. No seguimento destes confrontos, o posto da GF de Montalvão foi reforçado com 4 praças provenientes do posto de Nisa, verificando-se a mesma situação no posto de Foz do Sever, que também foi reforçado com 4 praças do posto de Castelo de Vide<sup>25</sup>.

---

(22) Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo António de Oliveira Salazar, CO/IN-8 A, Caixa 330, pt. 2, Relatório do Inspetor da Secção Internacional da PVDE de Bragança, de 26 de julho de 1936.

(23) Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 479, pt. 12/7, Ofício do comandante da GNR para o ministro do Interior, de 29 de julho de 1936.

(24) Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/16, Cópia do ofício do comandante geral da PSP para o ministério do Interior, de 3 de agosto de 1936.

(25) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 08, Caixa 63, Guerra Civil de Espanha, Correspondência que não teve expediente, Cópia dos telegramas recebidos no Comando Geral da Guarda Fiscal no dia 4 para 5 de agosto de 1936.

Uma outra situação que levava a que as autoridades portuguesas procedessem ao reforço da vigilância na região fronteiriça prendia-se com a realização de batidas por parte das tropas franquistas nas povoações raianas espanholas, o que motivava também a concretização de diligências por parte das forças policiais que se encontravam nas localidades mais perto da fronteira. A 14 de outubro de 1936, na sequência de informações sobre a realização de uma batida na região fronteiriça com Barrancos, o capitão Aristides Coimbra, ordenou o envio de um reforço, o qual foi acompanhado pelos tenentes Seixas e Serrão, tendo estes verificado que a coluna que aí se encontrava em serviço obtinha poucos resultados no desempenho da sua missão, capturando apenas 2 indivíduos e matando 1, fugindo os restantes<sup>26</sup>.

Durante a guerra civil o regime salazarista viu-se obrigado a lidar com o perigo e a ameaça que acreditava que os refugiados espanhóis representavam caso conseguissem transpor a fronteira portuguesa. Com o objetivo de evitar esta situação, as autoridades policiais e militares procuraram reforçar os postos de vigilância fronteiriços, realidade que foi especialmente evidente ao longo dos primeiros meses do conflito espanhol e em áreas raianas que confinavam com as províncias espanholas onde os confrontos armados eram mais intensos, com destaque para Pontevedra, Ourense, Zamora, Cáceres e Badajoz. Os pedidos de reforço dos vários postos de vigilância, assim como a concretização dos mesmos, atestam a constante comunicação, com uma frequência diária, existente entre as forças policiais e militares, bem como a colaboração e a ajuda que marcaram a vigilância e o controlo da fronteira portuguesa no decorrer do período da Guerra Civil de Espanha, cooperando entre si a PVDE, a GNR, a PSP, a GF e o Exército.

Apesar do reforço dos postos fronteiriços e de uma maior colaboração entre as forças policiais portuguesas, muitos refugiados iludiram a fiscalização e conseguiram entrar em Portugal, mantendo-se escondidos, particularmente em zonas montanhosas, que eram de mais difícil acesso para as autoridades nacionais e de mais fácil esconderijo para estes indivíduos. Com o objetivo de proceder à sua captura, as forças policiais desenvolveram várias operações no terreno, as batidas, tendo-se verificado, inclusive, a concretização de uma ação

---

(26) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 08, Caixa 63, Guerra Civil de Espanha, Correspondência que não teve expediente, Cópia da comunicação do Comando Militar de Beja, de 21 de outubro de 1936.

coordenada entre as tropas nacionalidades e as autoridades portuguesas. O desenvolvimento destas operações baseava-se essencialmente em informações que chegavam às autoridades portuguesas por intermédio de denúncias feitas por civis portugueses ou por comunicações trocadas entre as diversas forças policiais e as autoridades administrativas.

Nos últimos dias de agosto de 1936 desenvolveu-se uma operação policial na região de Castro Laboreiro (Melgaço) para se verificar a veracidade das informações recebidas sobre a incursão de espanhóis armados nessa região. Esta operação foi conduzida pelo comandante do posto da GNR de Melgaço, que, seguindo as ordens superiormente recebidas, organizou uma patrulha constituída por 1 cabo e 3 soldados que, com o apoio de 1 guia, se dirigiu para Castro Laboreiro. No seguimento de algumas diligências, as autoridades portuguesas concluíram que as suspeitas relativamente à entrada de refugiados armados nesta região se prendera com a vinda de espanhóis em perseguição de compatriotas fugidos que, por desconhecimento, haviam transposto a linha fronteiriça, pretendendo proceder à captura desses indivíduos e não fazer buscas domiciliárias e ameaçar os habitantes locais<sup>27</sup>.

A região de Castro Laboreiro foi especialmente intensa em termos de batidas policiais, o que se justifica pelo facto de ter sido bastante procurada pelos fugitivos espanhóis, dada a sua proximidade geográfica com Espanha. Nos inícios de setembro de 1936 o comandante da secção da GF de Melgaço chamava a atenção para a realização de batidas na região, uma vez que se suspeitava que aí se encontravam escondidos bastantes comunistas espanhóis. No entanto, tal tarefa não se revelava fácil de concretizar, uma vez que era praticamente impossível capturar refugiados numa região montanhosa como Castro Laboreiro, dado que estes escondiam-se em lugares muito distantes da fiscalização, onde os habitantes locais lhes prestavam auxílio. A acrescentar a esta dificuldade havia o facto de a fiscalização dos postos ser desempenhada por apenas 3 praças, os quais, em virtude da extensa área que tinham a seu cargo, obtinham escassos resultados. Como possível solução para este problema, o comandante da secção de GF de Melgaço sugeria que o destacamento de praças da GNR que se encontrava nessa localidade fosse transferido para Cas-

---

(27) Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 26/1, Cópia da nota confidencial do comandante do 4.º Batalhão da GNR para o comando geral da GNR, de 5 de setembro de 1936.

tro Laboreiro, onde se encontravam mais espanhóis refugiados<sup>28</sup>. Não obstante o emprego de diversos meios materiais e humanos na realização destas operações, muitas vezes os resultados conseguidos através das mesmas foram nulos, uma vez que não se capturava qualquer refugiado. Foi o que sucedeu, por exemplo, no dia 15 de setembro de 1936, quando a GF desenvolveu diversas buscas domiciliárias em Cisterna, no concelho de Vinhais, por ter recebido a informação de que aí se encontravam ocultos vários «comunistas espanhóis»<sup>29</sup>.

Estas operações foram uma constante ao longo de todo o período da guerra civil. A colaboração entre as diversas forças policiais portuguesas foi um aspeto particularmente marcante no decorrer destas batidas, sendo frequente recrutar-se elementos das várias autoridades. Estas operações revelaram ainda a comunicação que existia entre as forças policiais e as autoridades administrativas, nomeadamente os presidentes de câmara e os governadores civis. A população local também desempenhou um papel de destaque, uma vez que, por possuírem um bom conhecimento do terreno, muitas vezes os civis residentes nas regiões onde se realizavam as batidas eram solicitados como guias. As autoridades portuguesas mantinham ainda contactos regulares com as autoridades nacionalistas colocadas do outro lado da fronteira, agindo em conjunto.

## **5. A REPRESSÃO SALAZARISTA AOS REFUGIADOS DA GUERRA CIVIL DE ESPANHA: PRISÕES E CAMPOS DE INTERNAMENTO**

Uma vez que o regime salazarista considerava que os republicanos espanhóis que se refugiavam em Portugal eram indivíduos «indesejáveis», a sua principal preocupação passou por impedir a sua entrada em território nacional, ocorrendo casos em que muitos foram detidos na fronteira e entregues de imediato às forças nacionalistas. Na opinião de César Oliveira, na base desta entrega de espanhóis «vermelhos» às tropas nacionalistas e do consequente re-

---

(28) Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 8/3, Ofício do secretário-geral da PVDE para o ministro do Interior, de 7 de setembro de 1936.

(29) Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/41, Ofício da 5.<sup>a</sup> companhia da Guarda Fiscal expedido pelo governador civil de Bragança para o ministro do Interior, de 15 de setembro de 1936.

duzido número de espanhóis presentes em Portugal esteve o facto de também as tropas franquistas entregarem vários portugueses que, à data da guerra civil, residiam em Espanha<sup>30</sup>. Por exemplo, nos inícios de outubro de 1936, o comandante da secção da GF de Safara dava conta da colocação na fronteira, por parte da GNR e do Exército, de um grupo de 54 espanhóis que, durante a noite, haviam entrado em Portugal na região de Barrancos<sup>31</sup>.

Por outro lado, muitos outros espanhóis iludiram a vigilância portuguesa na raia e entraram no país. Nestes casos foram perseguidos pelas autoridades portuguesas e, quando capturados, foram encarcerados nas prisões portuguesas, por alguns dias ou por largos meses, ou em campos especiais criados para o efeito, principalmente na região do Alentejo. Uma considerável parte destes indivíduos, cerca de 1.500, foi repatriada para Tarragona, na Catalunha, a 10 de outubro de 1936, quando esta ainda se encontrava em poder dos republicanos. Outros tantos saíram de Portugal com destino à América Latina. De acordo com o Registo Geral de Presos, elaborado pela PVDE, foram detidos cerca de 500 nacionais espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil de Espanha e, embora alguns destes já se encontrassem a residir no país no momento da captura, a esmagadora maioria havia entrado no contexto do conflito espanhol, ocorrendo o maior número de detenções em 1936 e em 1937.

Uma parte considerável destes espanhóis eram refugiados que procuravam escapar das perseguições franquistas através de Portugal. A conclusão de que muitos destes detidos se tratavam de refugiados baseia-se nas informações apresentadas pela PVDE nas biografias prisionais, entendendo que estes haviam sido capturados por serem refugiados ou «foragidos políticos», por terem fugido de Espanha em virtude dos acontecimentos revolucionários ou por estarem acusados de serem comunistas. É de considerar ainda que outros cidadãos espanhóis, que foram detidos para averiguações ou por se encontrarem indocumentados, também possam ser enquadrados na categoria de refugiados, uma vez que em muitos casos não é possível perceber qual o motivo que levou à saída destes indivíduos de Espanha e os fez entrar em Portugal. Os principais motivos que conduziram à detenção de espanhóis em

---

(30) Oliveira (1987), *Salazar e a Guerra...*, p. 162.

(31) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 08, Caixa 63, Nº2, Capilha 1, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Cópia do telegrama do comandante da secção de Safara, de 10 de outubro de 1936.

Portugal foram «refugiado político», «indocumentado» e «averiguações». No entanto, encontram-se associados a estas categorias outros motivos, nomeadamente «refugiados comunistas», «refugiados de Espanha», «foragidos políticos», «comunistas», «estarem fugidos de Espanha por motivo dos acontecimentos revolucionários», «imigração clandestina», «entrada clandestina em Portugal», «falta de documentação», «não possuem documentos de residência» e «terem passado clandestinamente a fronteira». A análise das biografias prisionais do Registo Geral de Presos permite conhecer com maior precisão quem eram estes refugiados, uma vez que fornecem dados como nome, idade, profissão e naturalidade.

Contrariamente ao que se verificou no caso do refúgio republicano espanhol em países da América Latina, como Argentina e México, em que predominaram grandes nomes da elite política e intelectual espanhola, bem como inúmeros profissionais liberais, embora aí também se tenham refugiado muitos espanhóis desconhecidos, em Portugal acolheram-se essencialmente indivíduos ligados ao setor primário que, muitas vezes, se faziam acompanhar pelas respetivas famílias, para além dos muitos elementos militares, cujas informações não constam no Registo Geral de Presos da PVDE, uma vez que esta era responsável apenas pelos refugiados civis. Desta forma, assistiu-se em Portugal a um fenómeno que alguns autores chamaram de «exílio anónimo»<sup>32</sup>.

Incluíram-se nas categorias enunciadas acima mais de 400 presos, a maioria dos quais era do sexo masculino, perto 400 indivíduos, ao passo que se registou a detenção de cerca de 30 mulheres. Relativamente à profissão destes espanhóis, verificou-se uma predominância de refugiados ligados ao setor primário, nomeadamente empregado no comércio ou comerciante (mais de 40), trabalhador (mais de 30), lavrador (cerca de 30), amolador (mais de 20) e jornaleiro (mais de 20). Quanto à proveniência geográfica, a maioria era originária de províncias localizadas junto à fronteira portuguesa, o que se justifica pelo facto de estas terem sido as primeiras a ser dominadas pelos nacionalistas. Destacaram-se as províncias de Ourense, de onde eram naturais cerca de 130 espanhóis, de Pontevedra, de onde saíram cerca de 70 indivíduos, ambas confinantes com o Norte de Portugal, e de Badajoz, de onde eram originários mais de 40 espanhóis, fronteira com a região do Alentejo. Os números aqui apresentados dizem respeito aos espanhóis civis que foram detidos pela PVDE

---

(32) Ortuño Martínez (2010), *El exilio...* p. 8.

ou que a esta foram entregues por outras forças policiais, podendo haver muitos outros refugiados que entraram em Portugal e não foram detidos ou sobre os quais não se elaborou registo.

Após serem presos pelas autoridades portuguesas, os refugiados espanhóis que não foram de imediato entregues às tropas nacionalistas na fronteira acabaram por ser conduzidos para as prisões nacionais ou para campos de internamento. Estes indivíduos ficaram detidos nas grandes prisões nacionais, nas cadeias civis das comarcas mais próximas dos locais onde eram capturados e nos próprios postos e delegações da polícia política. No Norte destacaram-se a Cadeia Civil de Melgaço, a Cadeia de Bragança, a Delegação da PVDE do Porto e a Inspeção da PVDE de Chaves. Mais a Sul salientaram-se o Aljube de Lisboa, o Reduto Norte do Forte de Caxias, o Depósito de Presos de Peniche, a Cadeia da Comarca de Elvas, a Cadeia Civil da Comarca de Serpa e o Forte da Graça, em Elvas. Ao nível das grandes prisões, aquelas que encarceraram um maior número de espanhóis foram a cadeia do Aljube, o Forte de Caxias e o Forte da Graça, convivido com refugiados de outras nacionalidades, no contexto da II Guerra Mundial, e com presos portugueses opositores políticos ao regime salazarista. Muitas vezes os detidos estrangeiros passaram por vários presídios, uma vez que, ao serem detidos nas localidades junto à fronteira, eram, num primeiro momento, levados para as cadeias civis e para as delegações da PVDE mais próximas, e só posteriormente eram transferidos para as prisões maiores.

De acordo com alguns dados disponibilizados pelas autoridades portuguesas, cerca de 2 meses após o início do conflito espanhol encontrava-se detido em Caxias um considerável número de cidadãos dessa nacionalidade. Assim, do total dos 500 indivíduos não portugueses que constam de uma relação sobre a existência de presos estrangeiros em Portugal, a 25 de setembro de 1936, 496 eram de nacionalidade espanhola, sendo que mais de metade destes (255 indivíduos) se encontrava detida no Forte de Caxias. Os restantes espanhóis estavam distribuídos pelos vários postos fronteiriços da PVDE e por alguns campos improvisados localizados junto a essas unidades de vigilância, com destaque para Bragança, onde se encontravam 99 espanhóis, para Elvas, que contava com a presença de 61 detidos, e para Moura, onde estavam

37 indivíduos dessa nacionalidade. No conjunto desses 500 estrangeiros existiam ainda 2 argentinos, 1 uruguaio e 1 inglês<sup>33</sup>.

A par do Forte de Caxias, o Forte da Graça e a Fortaleza de São Julião da Barra, em Lisboa, foram outros dois espaços que contaram com o encarceramento de um considerável número de refugiados republicanos. De acordo com César Oliveira, passaram por estes presídios, pelas delegações e prisões da PVDE e pelas unidades militares mais de 2.000 refugiados espanhóis, a maioria dos quais eram militares e carabineiros. Ao longo de agosto de 1936 verificou-se um aumento do número de espanhóis detidos no Forte de Caxias e em prisões militares. Assim, a partir de 9 de agosto, muitos dos militares republicanos que se encontravam em Portugal passaram a ficar detidos em Caxias e no Forte da Graça. Em setembro de 1936 encontravam-se detidos 136 refugiados espanhóis no Forte da Graça, o que, juntando aos 148 militares já existentes, perfazia um total de 284 prisioneiros<sup>34</sup>. No entanto, a capacidade máxima deste presídio era de 200 presos. O problema da sobrelotação do Forte da Graça preocupou as autoridades portuguesas nos primeiros momentos da Guerra Civil de Espanha, sobretudo devido ao perigo que o regime salazarista acreditava que poderia resultar do contacto dos refugiados espanhóis com os soldados portugueses. A 25 de setembro de 1936, o governador militar de Elvas, capitão Luís Sampaio, comunicava esta inquietação ao chefe do Estado Maior da 4.ª Região Militar, sugerindo que estes refugiados fossem afastados desse presídio, os quais eram considerados mais perigosos quanto mais próximos da fronteira se encontrassem. No caso de não ser possível proceder ao seu afastamento imediato, o governador militar de Elvas entendia que deveria ser reforçado o serviço de vigilância no Forte da Graça<sup>35</sup>.

Segundo uma relação de 22 de setembro de 1936, encontravam-se detidos no Forte de Caxias 147 espanhóis, sendo 94 militares e 53 civis. Relativamente aos primeiros, 20 eram oficiais, 16 eram suboficiais e 58 eram praças, sendo

---

(33) Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo António de Oliveira Salazar, CO/IN-8 C, pt. 1, Informações da PVDE sobre presos políticos portugueses e estrangeiros, de 25 de setembro de 1936.

(34) Oliveira (1987), *Salazar e a Guerra...*, pp. 163-164.

(35) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 08, Caixa 63, Nº2, Capilha 1, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do Governo Militar de Elvas para o chefe de Estado Maior da 4.ª Região Militar, de 25 de setembro de 1936.

que todos os detidos eram do sexo masculino<sup>36</sup>. A crer nestes números, entre 22 e 25 de setembro de 1936, terão dado entrada do Forte de Caxias 108 espanhóis. Nos finais do mesmo mês, o comandante do Forte de Caxias, queixando-se do elevado número de refugiados encarcerados nessa prisão, solicitava que o Ministério da Guerra atuasse junto da PVDE no sentido de que esta providenciasse a nomeação de mais 4 serventes dessa polícia para manter a regularidade nos serviços e a higiene do Forte<sup>37</sup>. Com o embarque para Tarraçona, a 10 de outubro de 1936, o número de refugiados espanhóis no Forte de Caxias baixou substancialmente. A 21 de outubro desse ano, no seguimento a um pedido de informação relativamente à utilidade do Reduto Norte do Forte de Caxias, o Ministério da Guerra comunicava que este havia sido destinado ao encarceramento de refugiados espanhóis, servindo nessa altura, com caráter provisório, como prisão de alguns elementos entregues à polícia política<sup>38</sup>.

Muitos refugiados espanhóis foram também concentrados em campos de detenção, localizados na região alentejana, como foram os casos das herdades da Coitadinha e das Russianas, em Barrancos. Esta zona foi uma das mais problemáticas para o regime salazarista em termos de presença de refugiados, sobretudo aquando dos confrontos armados em Encinasola, em agosto de 1936, que motivaram a fuga de inúmeros espanhóis para as povoações portuguesas mais próximas. Neste contexto, o regime salazarista estabeleceu alguns campos de concentração, após o dia 20 de setembro de 1936, na sequência da ocupação de Oliva de la Frontera pelas forças nacionalistas. Para garantir o melhor funcionamento possível destes campos, o general Joaquim Silveira Malheiro, comandante da 4.ª Região Militar, determinava que:

«1.º - Os refugiados espanhóis, que se encontram na Herdade da Coitadinha, na margem do Ardila, devem ser imediatamente internados umas centenas de metros;

2.º - Evitar que passem mais espanhóis para território português;

---

(36) Hernández, Aurelio Velázquez (2017), «Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)», *Hispania*, vol. LXXVII, nº 257, p. 863.

(37) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 10, Caixa 63, 2.º Maço, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do comandante do Forte de Caxias para o Ministério da Guerra, de 30 de setembro de 1936.

(38) Arquivo Histórico Militar, FO/006/L/68, Caixa 950, Nº14, Ofício do Ministério da Guerra para o Administrador Geral do Exército, de 21 de outubro de 1936.

3.º - Os refugiados que quiserem voltar para Espanha, podem voltar;

4.º - Devem ser alimentados com os próprios recursos.»<sup>39</sup>

Assim, Salazar pretendia impedir a entrada do maior número possível de espanhóis, fazer sair para Espanha, o quanto antes, todos os que se encontrassem em Portugal, de forma a libertar o país de elementos considerados «indesejáveis», e evitar que o Estado português tivesse despesas desnecessárias com estes indivíduos. De acordo com uma informação da 3.ª Companhia do Batalhão N.º 2 da GF datada de finais de setembro de 1936, encontravam-se concentrados na área do posto de Russianas 773 refugiados espanhóis, o que levou as autoridades a colocar estes indivíduos mais no interior do território nacional, nunca a uma distância inferior a 300 metros da fronteira, criando-se um acampamento junto à propriedade da Coitadinha, cujo serviço de segurança e de vigilância era desempenhado por elementos da GNR, do Exército e da GF. Esta última estava encarregue de dirigir os serviços, devendo as restantes tropas cooperar e auxiliar no desempenho dessas funções. O espaço onde estes indivíduos se encontravam concentrados localizava-se a cerca de 14 quilómetros de Barrancos<sup>40</sup>.

A questão do sustento dos refugiados espanhóis concentrados na Herdade da Coitadinha sempre preocupou as autoridades portuguesas. Nos finais de setembro de 1936 o Ministério da Guerra ordenou que, uma vez que os recursos próprios dos refugiados se haviam esgotado, estes passassem a ser fornecidos de rancho por conta do Estado, sendo nomeado 1 oficial e 1 sargento para desempenho das funções correspondentes às de provisor e de vagomestre, responsáveis pela alimentação<sup>41</sup>. Nos inícios de outubro de 1936 o comandante

---

(39) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 08, Caixa 63, N.º2, Capilha 2, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do comandante da 4.ª Região Militar para os comandantes das forças do Exército, da GNR e da Guarda Fiscal em Barrancos, de 23 de setembro de 1936.

(40) Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo António de Oliveira Salazar, NE/9A, Caixa 364, pt. 1, Cópia dos telegramas dos comandos das unidades da Guarda Fiscal, Informação da 3.ª Companhia do Batalhão N.º 2 da Guarda Fiscal, 28 de setembro de 1936.

(41) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 08, Caixa 63, N.º2, Capilha 2, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do comandante da 4.ª Região Militar para o Ministério da Guerra, de 28 de setembro de 1936.

da GF de Safara, tenente António Seixas, continuava a dar conta aos seus superiores da presença de refugiados espanhóis na zona de Barrancos. Com efeito, ao percorrer aquela região, o tenente Seixas encontrou um grupo de espanhóis sem acompanhamento policial que afirmaram dirigir-se para Barrancos, acabando, contudo, por serem conduzidos de volta à fronteira. Sobre o campo de concentração, este oficial afirmava que onde houvera 806 indivíduos, encontravam-se, na altura, 614 espanhóis, estando alguns escondidos nas serras ao longo da fronteira. Por ordem do chefe da PVDE de Beja, todos os espanhóis, identificados e não identificados pela polícia, que se encontravam nas Russiannas foram internados em Moura<sup>42</sup>, os quais, poucos dias depois, seguiram para Lisboa para serem repatriados.

## 6. CONCLUSÃO

Com o início da Guerra Civil de Espanha muitos espanhóis republicanos acorreram à fronteira portuguesa com o intuito de fugirem à violência do conflito e à repressão franquista. Em Portugal encontraram um regime autoritário, fechado e receoso do contacto com o exterior, o qual, apoiante da causa nacionalista desde o início, atuou no sentido de impedir a entrada destes indivíduos, considerados «indesejáveis», e de reprimir os que se ocultavam nas localidades fronteiriças. O governo português procedeu à separação destes refugiados em civis e militares, devendo os primeiros ficar sob a alçada da PVDE e os segundos ficar ao cuidado das unidades militares, mostrando-se o regime salazarista especialmente preocupado em proceder ao seu desarmamento no momento em que fossem detidos e em evitar qualquer contacto com a população e com os soldados portugueses.

No início da Guerra Civil de Espanha, Portugal dispunha de um sistema de vigilância fronteiriço cujos postos privilegiavam as regiões norte e alentejana, muitos dos quais já se encontravam em funcionamento antes da instituição do Estado Novo, assistindo-se, no decorrer do conflito, ao estabelecimento de vários outros postos, sobretudo no distrito de Bragança e na zona do Alentejo, espaços onde a concentração de refugiados foi mais intensa. No entanto, este aparelho de vigilância revelou-se incapaz de concretizar o seu objetivo

---

(42) Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, Número 08, Caixa 63, N.º2, Capilha 2, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Cópia dos telegramas recebidos no Batalhão N.º 1 da Guarda Fiscal, de 9 para 10 de outubro de 1936.

primário, ou seja, controlar as fronteiras e impedir a entrada destes «indesejáveis», tidos como simpatizantes dos republicanos espanhóis, logo potenciais agitadores e opositores do regime ditatorial português. Nesta ação repressiva as autoridades portuguesas tiveram de enfrentar diversos problemas, nomeadamente os reduzidos meios humanos e materiais, a má preparação dos agentes, as extensas áreas que tinham de vigiar e o terreno acidentado da maioria dos lugares onde estes indivíduos se escondiam, o que dificultava a mobilidade das forças policiais. No intuito de capturar os refugiados que se haviam escondido no território português, as forças policiais desenvolveram várias batidas no terreno, reveladoras das dificuldades já referidas. Neste contexto, a vigilância policial dirigida a estrangeiros percebidos como suspeitos foi intensificada através da criação de mais postos fronteiriços e de uma colaboração mais estreita entre as diferentes forças policiais, o que, na prática, se traduziu num reforço destas unidades de vigilância.

A maioria destes refugiados era natural das províncias espanholas raianas, nomeadamente Ourense, Pontevedra e Badajoz, movimentando-se em Portugal nos distritos localizados mais perto da fronteira, fruto de um historial de contactos estabelecidos nas regiões fronteiriças dos dois países ibéricos, facilitados pela proximidade geográfica. A nível profissional, eram essencialmente pessoas que se dedicavam ao trabalho agrícola e ao trabalho doméstico, o que confirma que o refúgio espanhol republicano em Portugal foi essencialmente protagonizado por «cidadãos comuns». Enquanto alguns destes refugiados foram entregues às autoridades nacionalistas na fronteira após serem capturados junto à raia, outros foram presos e colocados nas principais cadeias portuguesas e em campos de internamento, de onde posteriormente seguiram para Espanha, como o caso do repatriamento para Tarragona, em outubro de 1936, ou para a América Latina. Se muitos refugiados foram capturados pelas autoridades portuguesas, outros tantos passaram despercebidos, contando para isso com a ajuda de parte da população portuguesa e de alguns elementos das forças policiais, o que fez com que estes portugueses também sofressem a repressão do regime salazarista e acabassem por passar pelas várias prisões nacionais.

## BIBLIOGRAFÍA

Bei, Gao (2013), *Shanghai Sanctuary. Chinese and Japanese Policy toward European Jewish Refugees during World War II*, Oxford, Oxford University Press.

Candeias, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Cunha, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, Dom Quixote.

Delgado, Iva (1980), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Dreyfus-Armand, Geneviève (2000), *El exilio republicano en Francia*, Barcelona, Editorial Crítica.

Faria, Fábio (2017), «Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha», *Revista Portuguesa de História*, 48, Coimbra, pp. 61-84.

Holfter, Gisela ed (2006), *German-speaking Exiles in Ireland, 1933-1945*, Amsterdam/New York, Rodopi.

Maurras, Michael Robert (2002), *The Unwanted: European Refugees from the First World War through the Cold War*, New York, Temple University Press.

Milgram, Avraham (2010), *Portugal, Salazar e os Judeus*, Lisboa, Gradiva.

Mühlen, Patrik von zur, (2012), *Caminhos de Fuga Espanha-Portugal. A emigração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Newton, Ronald C. (1982), «Indifferent Sanctuary: German-Speaking Refugees and Exiles in Argentina, 1933-1945», *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 4, Center for Latin American Studies at the University of Miami, 395-420.

Núñez Seixas, Xosé Manuel e Cagiao Vila, Pilar ed. (2006), *O Exílio Galego de 1936: política, sociedade, itinerários*, Corunha, Edicions do Castro.

Oliveira, César (1995), *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia*, Lisboa, Edições Cosmos.

Oliveira, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.

Ortuño Martínez, Bárbara (2010), *El exilio y la emigración española de posguerra en Buenos Aires, 1936-1956*, Tesis Doctorales, Alicante, Universidad de Alicante.

Pereira, Carolina Henriques (2017), *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*, Lisboa, Edições Colibri.

Pimentel, Irene Flunser (2006), *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em Fuga de Hitler e do Holocausto*, Lisboa, Esfera dos Livros.

Pimentel, Irene Flunser, Ramalho, Margarida Magalhães (2016), *O Comboio do Luxemburgo. Os refugiados que Portugal não salvou em 1940*, Lisboa, Esfera dos Livros.

*Repressão Política e Social no Regime Fascista* (1986), Presidência do Conselho de Ministros / Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Lisboa.

Ribeiro, Maria da Conceição (2000), *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.

Schaefer, Ansgar (2014), *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão, 1933-1940*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Schwarzstein, Dora (2001), *Entre Franco y Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*, Barcelona, Editorial Critica.

Simões, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri.

Tammes, Peter (2007), «Jewish Immigrants in the Netherlands during the Nazi Occupation», *The Journal of Interdisciplinary History*, 4, Massachusetts, Institute of Technology Press, 543-562.

Vaquinhas, Irene (2015) «Huyendo de la Guerra Civil: Los Refugiados Españoles en Figueira da Foz (1936-1939)», *Pensar con la Historia desde el siglo XXI*, Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea, Madrid, UAM Ediciones, pp. 4833-4856.

Vázquez, Álvaro (2011), *El exilio español en la ciudad de México*, España, Turner.

Velázquez Hernández, Aurelio (2017), «Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)», *Hispania*, vol. LXXVII, nº 257.

Vicente, António Pedro (2003), *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Lisboa, Tribuna da História.